

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira o Ensino Religioso reinserido na última versão da Base Nacional Comum Curricular – BNCC irá compor a proposta curricular do Ensino Fundamental frente aos desafios que tal disciplina sempre enfrentou no tocante às constantes polêmicas que a cercam. Para tanto, convencionamos analisar as competências do Ensino Religioso na Base para então, compreendermos suas implicações no processo educacional. Pretendemos ainda, abordar algumas teorias curriculares cujos pressupostos são considerados por autores pós-críticos como instrumentos capazes de perceber a educação como um direito fundamental que não pode ser retirado, tampouco comprometido pela falta de qualidade e pelo desrespeito à laicidade garantida por lei constitucional para todos. Refletimos neste trabalho acerca de um governo que através da homologação da Base apresenta propostas pedagógicas e adequação dos currículos regionais às redes de ensino, às escolas e aos educadores mediante a utilização de um texto que normatiza e define currículos construídos com a finalidade de estabelecer conteúdos essenciais desenvolvidos pelos estudantes ao longo da sua permanência na Educação Básica. Buscamos investigar se em torno da reinserção do Ensino Religioso na BNCC há um campo de interesses que possibilitam o recrudescimento de uma onda conservadora pautada na expectativa de vários setores da sociedade civil que reivindicaram a abordagem do ensino religioso no âmbito dos currículos escolares. O corpus da pesquisa tem-se constituído mediante pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo, cujas amostras foram analisadas a partir de um levantamento de conceitos sobre currículo, laicidade, ensino religioso, além das considerações acerca dos significados do Ensino Religioso na BNCC, sob diferentes perspectivas teóricas. Por se tratar de uma exigência do sistema educacional, o texto da BNCC possui indícios de normatividade, sendo assim, identificamos no decurso desta pesquisa relações de poder que envolvem a elaboração dos currículos, haja vista, seu poder para influenciar o educando naquilo que se refere aos rumos da sua trajetória escolar, sobretudo quando definida com vistas ao atendimento das expectativas de um setor orientado politicamente para gerir o processo da Educação Básica. Compreendendo o currículo como um projeto que atende às demandas de um grupo interessado na disputa por poder, este trabalho contribui de maneira importante quando discute sobre a disciplina Ensino Religioso ofertada ao Ensino Fundamental, contrariando os princípios de liberdade e laicidade que inspiraram a Constituição Brasileira (Brasil, 1988) e a LDB (Brasil, 1996).